



Anais da Assembléia

Nº 004

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 1991

ANO XVIII

Atos da Presidência:

LEI Nº 9562

DATA: 30 de janeiro de 1991

SÚMULA: Cria o município de Ramilândia, desmembrado do município de Matelândia, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica "ad referendum" do resultado do plebiscito.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de Ramilândia, desmembrado do município de Matelândia, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica, "ad referendum" do resultado de plebiscito.

- Com o município de Diamante D'Oeste, começa na foz do rio Roselito no rio São Francisco - falso braço sul, subindo por este até a divisa do lote 21-22, da gleba 3, primeira e segunda parte, seguindo por esta divisa, passando pela divisa dos lotes 21-20, 20-23-18-23, 18-24, 18-17, até o rio São Domingos, subindo por este até a linha de divisa da fazenda Padovani, situada nos lotes 12 e 14 (partes), da gleba 3, primeira parte, até o rio São Francisco - falso braço sul, subindo por este até a foz do rio Banhadão.

- Com o município de Matelândia, começa na foz do rio Banhadão, subindo por este até a foz do córrego Cascata, subindo por este até a rodovia pavimentada PR-JG-001, seguindo por esta no sentido leste-oeste, até o rio São Domingos, subindo por este até a sua nascente; daí em linha reta e seca, pela divisa dos lotes 34-83, 34-84, 34-85, 34-86, 34-87 e 34-89, no marco M-55, localizado na margem do rio Feijão Verde, seguindo por este água abaixo até o marco M-269, localizado na margem esquerda do rio Feijão Verde, na divisa dos lotes 138-33, seguindo por esta, passando pela divisa dos lotes 138-40, 138-41, 138-36, 105-36, 106-46, 135-46 e 135-40, até o marco M-308, localizado no travessão da divisa das colonizadoras Matelândia Ltda. e Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda.

- Com o município de Medianeira, começa no marco M-308, localizado no travessão

da divisa das colonizadoras Matelândia Ltda. e Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., daí seguindo por este rumo leste-oeste até o marco M-137, localizado na divisa do município de Missal, que divide as colonizadoras Matelândia Ltda., Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda. e Gaúcha Ltda.

- Com o município de Missal, começa no marco M-137, em linha reta e seca rumo norte, nas divisas das glebas 07 e 09, ambas do Imóvel Guairacá, até o marco M-250, localizado na divisa do imóvel Guairacá com a colônia Rio Quarto, seguindo por esta divisa rumo leste-oeste, até o marco M-39, localizado na divisa do travessão da gleba 03, imóvel Rio Quarto, segunda parte, seguindo por esta linha reta e seca rumo norte, até o marco M-125-212, no ponto comum de divisa dos municípios de Missal e Santa Helena.

- Com o município de Santa Helena, partindo do marco M-215-212, em linha reta e seca rumo norte, até o marco M-43, localizado na margem direita do rio Roselito, descendo por este até o ponto inicial.

PERÍMETRO URBANO

Ponto de partida - Partindo do marco M-143, dividindo-se com o lote da gleba 07, imóvel Guairacá, até o marco M-144, numa extensão de 72,60 metros, AZ 87°36'04,6"; do marco 144, atravessando uma estrada até o marco 145, numa extensão de 8,10 metros, AZ 88°14'30,9", do marco M-145, dividindo-se com o lote 07, gleba 07, imóvel Guairacá, até o marco M-1601, numa extensão de 337,10 metros, AZ 88°53'06,4", do marco M-1601, dividindo-se com o lote 07, gleba 07, imóvel Guairacá, até o marco M-1602, numa extensão de 72,80 metros, AZ 101°17'02,9"; do marco M-1602, dividindo-se com o lote 08, da gleba 07, imóvel Guairacá, até o marco M-1603, numa extensão de 225,60 metros, AZ 099°18'14,3", do marco M-1603, dividindo-se com o lote 08, da gleba 07, imóvel Guairacá, até o marco M-1606, numa extensão de 98,10 metros, AZ 04°17'37,8", do marco M-1606, dividindo-se com o lote 08, gleba 07, imóvel Guairacá, até o marco M-1605, numa extensão de 151,10 metros, AZ 84°01'23,8"; do marco 1606, dividindo-se com os lotes 52 e 53, da gleba 06, imóvel Guairacá, até o marco M-D-2000, numa extensão de 349,40 metros, AZ 177°34'35,1"; do D-2000, atravessando uma estrada, até o marco M-162, numa extensão de 15,20 me-

tros, AZ 89°21'13,8", do marco M-162, dividindo-se com o lote 53, da gleba 06, imóvel Guairacá, até o marco M-163, numa extensão de 196,90 metros, AZ 87°32'25,4"; do marco M-163, dividindo-se com o lote 53, gleba 06, imóvel Guairacá até o marco M-164, numa extensão de 277,70 metros, AZ 177°19'06,8"; do marco M-164, atravessando uma estrada até o marco M-165, numa extensão de 8,10 metros, AZ 177°57'51,4"; do marco M-165, dividindo-se com o lote 56, gleba 06, imóvel Guairacá, até o marco M-166, numa extensão de 195,80 metros, AZ 177°29'41,8"; do marco M-166, dividindo-se com o lote 56, gleba 06, imóvel Guairacá, até o marco M-167, numa extensão de 173,70 metros, AZ 271°03'41,5"; do marco M-167, atravessando uma estrada, até o marco M-168, numa extensão de 23,50 metros, AZ 236°22'05,3"; do marco M-168, dividindo-se com o lote 13, gleba 06, imóvel Guairacá, até o marco M-130, numa extensão de 516,00 metros, AZ 236°32'17,8"; do marco M-139, dividindo-se com o lote 12, gleba 06, imóvel Guairacá, até o marco M-140, numa extensão de 294,70 metros, AZ 358°55'20,4"; do marco 140, dividindo-se com o lote 12, da gleba 06, imóvel Guairacá, até o marco M-139, numa extensão de 255,50 metros, AZ 274°52'45,6"; do marco M-139, dividindo-se com o lote 11, da gleba 06, imóvel Guairacá, até o marco M-138, numa extensão de 150,90 metros, AZ 269°24'51,3"; do marco M-138, dividindo-se com a gleba 07, imóvel Guairacá, até o marco M-141, numa extensão de 416,20 metros, AZ 354°17'40,5"; do marco M-141, atravessando uma estrada até o marco M-142, numa extensão de 19,10 metros, AZ 349°32'17,10"; do marco M-142, dividindo-se com a gleba 07, Imóvel Guairacá, até o marco M-143, ponto de partida, numa extensão de 293,90 metros, AZ 352°33'17,1", ponto final.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.01.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

LEI N° 9564

DATA: 31.01.91

SÚMULA: Cria o município de Mato Rico e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7°, do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica criado o município de Mato Rico "ad referendum" do resultado de consulta plebiscitária, em data a ser fi-

xada pelo Tribunal Regional Eleitoral, desmembrado do município de Pitanga, com as seguintes divisas:

"Começa no marco de concreto PP-0, sito à margem direita do rio Cantu com a foz do córrego do Peixe, seguindo por este até a sua nascente. Da nascente do córrego do Peixe por linha seca, medindo 638,00 metros e rumo de SO 53°00'NE, até a nascente do rio Juquiri, onde está cravado o marco n° 01. Do marco n° 01 por linha seca, com os seguintes rumos e medidas:

Marco	Distância (M)	Rumo
1	1011,0	SO 58°26'NE
2	192,0	NO 45°49'SE (estr.p/Mato Rico)
3	584,0	SO 54°46'NE
4	1465,0	SO 34°36'NE
5	287,0	NO 62°19'SE
6	110,3	SO 79°46'NE
Intermediário	85,0	NO 88°44'SE
	60,0	NO 73°04'SE
	67,9	NO 88°18'SE
	77,6	NO 74°21'SE
	65,3	SO 88°24'NE
	221,8	NO 79°31'SE
7	1279,0	SO 42°05'NE
8	2535,0	SE 17°04'NO,

chegando ao marco n° 09. Do marco n° 09 acompanhando um arroio, afluente do arroio Água Bonita, com vários rumos e medidas, seguindo pelo mesmo até chegar a uma estrada, prosseguindo pela estrada até o seu encontro com o córrego Quarenta e Três, e desse até o seu encontro com o rio Palmital, divisando com o município de Roncador até seu encontro com a estrada Pitanga/Campo Mourão, seguindo pela mesma até seu encontro com o rio Macacos, divisando sempre com o município de Roncador, e pelo rio Macacos segue até sua foz no rio Cantu; pelo rio Cantu divisando com o município de Palmital até a foz do córrego do Peixe, ponto de partida."

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 31.01.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

LEI N° 9568

DATA : 07 de fevereiro de 1991.

SÚMULA: Altera a redação do memorial descritivo contido no artigo 1° da Lei n° 9.444 de 20 de novembro de 1990, que cria o município de JARDIM PAULISTA.

A Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do memorial descritivo contido no artigo 1º da Lei nº 9.444 de 20 de novembro de 1990, que passa a ser a seguinte:

"Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado de plebiscito, o município de JARDIM PAULISTA, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do município de Campina Grande do Sul, com as divisas seguintes:

Começa na confluência da BR-116 com a Rodovia Estadual 506, segue pela rodovia Angelina Caron, segue à esquerda até a divisa do loteamento Jardim Santa Rosa com o início da rua 4, seguindo a divisa até a PR-506, segue pela PR-506 até encontrar a Rodovia Municipal 316, seguindo por esta rodovia até o córrego Palmeirinha, seguindo o córrego até o rio Palmeirinha, aí seguindo por uma divisa (linhã seca) até a ponte sobre o rio Capivari com a divisa de Bocaiúva do Sul, aí segue pela divisa intermunicipal, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Colombo, Campina Grande do Sul, até encontrar a BR-116 na divisa intermunicipal entre Campina Grande do Sul/Colombo/Curitiba, segue pela BR-116 até encontrar o seu ponto de partida, a confluência da BR-116 com a Rodovia Estadual PR-506."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.02.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI N° 9569

DATA: 08 de fevereiro de 1991.

SÚMULA: Dá novas divisas ao município de São Jorge do Patrocínio, criado pela Lei nº 7474, de 22 de junho de 1991, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - As divisas constantes da Lei nº 7474, de 22 de junho de 1981, que criou o município de São Jorge do Patrocínio, passam a ser as da planta da gleba São Jorge, a saber:

"Começa no rio Paraná, na foz do rio São João, e sobe por este até encontrar a antiga estrada Mestre, atual PR-487, que

liga as cidades de Pérola e Altônia, até o lote nº 01; deste ponto segue pela divisa intermunicipal até encontrar a cabeceira do ribeirão Jequitibá, pelo qual desce até a sua foz no rio Paracai; por este abaixo até a sua foz no rio Paraná, pelo qual desce até a barra do rio São João, ponto de partida."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.02.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI COMPLEMENTAR N° 56

DATA : 18 de fevereiro de 1991

SÚMULA: Dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - A criação, incorporação, fusão e desmembramento de município, depende de lei estadual, que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos na Constituição do Estado, nesta lei e de consulta às populações.

Art. 2º - Nenhum município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I - população estimada, superior a 5.000 (cinco mil) habitantes;

II - eleitorado não inferior a 20 (vinte por cento) da população;

III - centro urbano já constituído com número de casas superior a 100 (cem).

§ 1º - Não será permitida a criação de município, desde que esta medida importe, para o município ou municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos nesta lei.

§ 2º - Os requisitos dos incisos I e III, serão apurados por órgão competente do Estado, e o de número II, pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º - A Assembléia Legislativa, requisitará informações dos órgãos de que tratam os incisos I e III e o § 1º, deste artigo, as quais serão prestadas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apresentação da representação.

Art. 3º - O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de município, terá início mediante represen-

tação dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por, no mínimo, 100 (cem) eleitores com firma reconhecida.

Parágrafo Único - A forma da consulta plebiscitária será regulada mediante resolução expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, respeitados os seguintes preceitos:

I - cédula oficial, que conterà as palavras "SIM" ou "NÃO", indicando respectivamente aprovação ou rejeição da criação, incorporação, fusão e desmembramento de município;

II - residência do votante há mais de 01 (um) ano, área a ser desmembrada.

Art. 4º - Para criação de município que resulte de fusão de área territorial integral de dois ou mais municípios, com a extinção destes, é dispensada a verificação dos requisitos do art. 2º.

Parágrafo Único - No caso deste artigo, o plebiscito consistirá na consulta às populações interessadas sobre sua concordância com a fusão e a sede do novo município.

Art. 5º - Somente será admitida a elaboração da lei que crie município, se o resultado do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

Parágrafo Único - Se o comparecimento da maioria não tiver sido suficiente ou o resultado for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma sessão legislativa.

Art. 6º - O município será instalado com a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores, cuja eleição será simultânea à daqueles municípios já existentes.

Art. 7º - A criação de município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas no ano anterior ao da eleição municipal.

Art. 8º - Na denominação de município depende de lei estadual e é vedada:

I - a repetição de nomes de cidades ou vilas brasileiras;

II - a designação de datas, nomes de pessoas vivas e expressões compostas de mais de três palavras, excluídas as partículas gramaticais.

Art. 9º - Salvo disposições em contrário, vigorará no novo município a legislação do município de origem ou do município de maior população, em caso de território desmembrado de dois ou mais municípios.

Art. 10 - O território do novo muni-

cípio continuará a ser administrado, até a sua instalação, pelo prefeito do município ou municípios de que foi desmembrado.

Art. 11 - Os bens e serviços municipais situados no território desmembrado passarão à propriedade do novo município, na data de sua instalação, independentemente de indenização.

Art. 12 - Durante o período compreendido entre a criação e a instalação do município, a contabilidade de sua receita e despesa será processada em separado pela prefeitura do município ou municípios de que se desmembrou.

Parágrafo Único - Em 10 (dez) dias úteis à instalação do novo município, a prefeitura responsável pela contabilidade, entregará àquele os livros e documentos de escrituração contábil e a respectiva prestação de contas, para fins de controle interno e externo.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.02.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 070/90

DATA : 12/10/90

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do município de NOVO SARANDI.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do município de NOVO SARANDI.

"Tomando como ponto de partida a confluência do Arroio Guaçu com o lagoado Gavião, sobe por este, confrontando com o município de Nova Santa Rosa, até a barra da Sanga Ubiretama, sobe pela mesma até sua cabeceira, daí, pelas divisas entre os lotes rurais n.ºs 43 e 49 do 14º Perímetro até um travessão, pelo qual segue confrontando à esquerda com o lote rural n.º 56 e à direita com os lotes n.ºs 55, 57, 58, 59, 72 e 74, todos do mesmo Perímetro, até a cabeceira da Sanga Paim, pela qual

desce até sua barra no lageado Jaguarundi, sobe pelo mesmo, confrontando com o município de Vila Nova, em fase de emancipação, até a barra da Sanga Aras Pongas, pela qual sobe até sua cabeceira, daí pela divisa entre o 14° e 15° Perímetros, confrontando à direita com os lotes rurais n.ºs 70 e 67 e pela esquerda com os lotes n.ºs 292, 293, 294 e 168, até encontrar o lageado Gavião, sobe pelo mesmo até sua cabeceira, daí, por um travessão, confrontando pela esquerda, com os lotes rurais n.ºs 160, 159, 158, 157, 156, 155, 181 e 182, todos do 15° Perímetro, e pela direita com os lotes n.ºs 100 à 111 do 14° Perímetro, até a cabeceira da Sanga Seca, pela qual desce até sua barra no Arroio Guaçu, desce pelo mesmo até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais n.ºs 234 e 235 do 8° Perímetro, segue pela mesma, confrontando ainda pela esquerda, com o lote n.º 231 até o lageado Grande pelo qual sobe até encontrar, em sua margem esquerda, um travessão, pelo qual segue, confrontando à direita com os lotes rurais n.ºs 133, 132 e 131 e pela esquerda, com o lote n.º 119, e, ainda por outro travessão, confrontando pela direita com os lotes n.ºs 120, 118, 116 e 114 e, pela esquerda, com os lotes n.ºs 119, 117, 115 e 113, todos do 7° Perímetro, no município remanescente de Toledo, daí, pela divisa entre os lotes n.ºs 114 e 112 até a Sanga Taquaruçu, pela qual sobe até encontrar, em sua margem esquerda, a divisa entre os lotes n.ºs 28 e 31, pela qual segue até o travessão e, por este, confrontando à esquerda com os lotes n.ºs 31 e 33, até a divisa dos lotes n.ºs 30 e 32, pela qual segue até a Sanga 15 de Novembro, a qual atravessa e segue por divisas entre os lotes rurais do 6° Perímetro, limitando, ainda, com o remanescente município de Toledo, confrontando pela direita com os lotes n.ºs 21, 20, 19, 18, 33, 61, 73, 74 e 57 e, pela esquerda, com os lotes n.ºs 22, 30, 31, 32, 62, 72 e 75, onde se chega na Sanga Funda, pela qual desce, agora limitando com o município de Marechal Cândido Rondon, até sua barra no Arroio Guaçu e, por este, até sua confluência com o lageado Gavião, ponto de partida desta descrição."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.10.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 100/90

DATA : 07.12.90

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito

na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de PIRAPÓ.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de PIRAPÓ, desmembrado do município de APUCARANA.

"Começa na foz do ribeirão dos Dourados, no rio Pirapó, sobe por este até a foz do ribeirão Ipiгуá, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do córrego Hacotiara, e por este abaixo até o ribeirão Maraté, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a Estrada Municipal n° 100, divisória com o município de Cambira, seguindo pela referida estrada rumo norte até seu cruzamento com o ribeirão dos Dourados, daí desce por este, até a sua foz no ribeirão Pirapó, ponto de partida."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.12.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
1.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 1991
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Antonio Toti Golaço, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Clayton Crisóstomo, César Silvestre, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Lino, Élio Rusch, Emília Belinatti, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, João Iensen, José Alves, José Colombino Grassano, José Durval Amaral, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa,

Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró e Severino Pessoa (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Arlindo Troian, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Hermas Brandão, José Afonso Júnior, José Artur Ricci, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Rafael Greca, Renato Adur e Valdir Rossoni. (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N° 03/91

Curitiba, 15 de fevereiro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 4º, da Lei n. 4.529, de 12 de janeiro de 1962 e ao art. 7º, da Lei n. 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 2º, da Lei n. 7.429, de 29 de dezembro de 1980. Tais dispositivos legais tratam do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses do Estado, sendo indiscutivelmente oportuno e necessário, a fim de que as funções de administração do mencionado Fundo de Desenvolvimento, que passarão a ser exercidas pelo Banco do Estado do Paraná S/A, não sofram interrupção em face da liquidação extrajudicial do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S/A - BADEP.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O art. 4º da Lei n. 4.529,

de 12 de janeiro de 1962 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - A Administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico competirá ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESEDO, Sociedade de Economia Mista".

Art. 2º - O art. 7º da Lei n. 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 2º da Lei n. 7.429, de 29 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - O Conselho de Investimentos terá a seguinte composição:

a) - o titular da Secretaria a qual estiver vinculado o Banco do Estado do Paraná S/A;

b) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação das Indústrias do Paraná;

c) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Universidade Federal do Paraná;

d) um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação da Agricultura do Paraná;

e) um representante do Governo Estadual, escolhido entre os Secretários de Estado;

f) os Diretores do Banco do Estado do Paraná S/A;

g) os membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná S/A".

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os ns. DTL/81, 86, 94, 95 e 100/91, do Senhor Governador do Estado, o qual restituiu a esta Casa, os Projetos de Lei ns. 372/90, 025/91, 011/91, 021/91 e 022/91. - Ao Conhecimento da Casa.

Sob os ns. DTL/SAT/76, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 89, 91, 92 e 93/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n's:

622/90 Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a empenhar as despesas com pessoal e encargos sociais, além do limite estabelecido no artigo 31 da Lei Estadual n. 9407, de 19 de outubro de 1990, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.554. - Anote-se - Arquive-se.

001/91 - Do PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre a adoção de normas legais com vistas à construção de uma ponte sobre a Baía de Guaratuba, na forma que especifi-

ca, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.555. - Anote-se - Arquite-se.

587/90 - Do PODER EXECUTIVO, que altera, conforme especifica, a Tabela de Salários do Grupo Atividade Aviação, da Divisão de Transporte, da Casa Militar, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.556. - Anote-se - Arquite-se.

384/90 - Do PODER EXECUTIVO, que revoga o § 2º, do Artigo 94, da Lei n. 8.485, de 03 de junho de 1987, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.557. Anote-se - Arquite-se.

643/90 - Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que reajusta, conforme especifica, os níveis de vencimento dos Servidores dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou n. 9.558. - Anote-se - Arquite-se.

646/90 - Do TRIBUNAL DE CONTAS, que reajusta, conforme especifica, os níveis de vencimentos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.559. - Anote-se - Arquite-se.

023/90 - De autoria do ex-Deputado DAVID CHERIEGATE, que dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 8.674, de 21 de dezembro de 1987, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.560. - Anote-se - Arquite-se.

374/90 - De autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública a Federação das Associações e Cooperativas de Artesãos do Paraná, com sede e foro em Curitiba, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.563. Anote-se - Arquite-se.

553/90 - Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a proceder à retirada do Estado do Paraná, como Estado participante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, ou a pleitear a liquidação do referido Banco, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.566. - Anote-se - Arquite-se.

641/90 - Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a alienar, mediante licitação pública, o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.567. - Anote-se - Arquite-se.

625/90 - Do PODER EXECUTIVO, que institui a Defensoria Pública no Estado do Paraná, observados os artigos 134 e 22, do ato das disposições transitórias, da

Constituição Federal e 127 e 128 da Constituição Estadual, o qual convertido em Lei Complementar n. 55. - Anote-se - Arquite-se.

Sob o n. DTL/SAT/98/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n.º:

495/90 - do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a alterar os fins sociais da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, que passa a denominar-se Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.570. - Anote-se - Arquite-se.

Sob os ns. DTL/82 e 90/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE os Projetos de Lei ns. 644/90 e 573/90, em razão de motivos expostos. - À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os ns. DTL/75, 80, 87, 88, 96, 97 e 99/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei ns. 041/90, 626/90, 074/89, 602/90, 02/91, 611/90 e 254/86, em razão de motivos expostos. - À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. 078/91, do Senhor LUIZ CHEMIM GUIMARAES, Procurador Geral da Justiça do Estado, encaminhando Projeto de lei que estende aos ocupantes dos cargos de nível universitário do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, a gratificação de responsabilidade Técnica prevista pela Lei n. 9.515 de janeiro de 1991, a qual concedeu benefício na ordem de 40% sobre os vencimentos dos funcionários ocupantes de cargos técnicos. - Ao Conhecimento da Casa.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos a presença de Vossa Excelência, que após eleição realizada na manhã de hoje, foi eleito para Líder da Bancada do do Partido Democrático Trabalhista - PDT, o Deputado Geraldo Cartário Ribeiro para o corrente ano legislativo.

No ensejo, aproveitamos da oportunidade para renovar os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 18.02.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através do presente, vimos comunicar a Vossa Excelência, que em reunião de Banca ocorrida no mês de janeiro p.p., fomos indicados para exercer, a partir de 1º de fevereiro do corrente, a função de Líder da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa.

Sendo o que se apresenta, colhemos do ensejo para externar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.02.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Temos a honra de comunicar a Vossa Excelência, seguindo determinação do Regimento Interno, que indicamos o nome do ilustre Deputado ANTONIO COSTENARO NETO, como novo Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal nesta Casa Legislativa.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos da mais alta estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.02.91.

(aa) NELSON GARCIA, JOAO ARRUDA,

PLAUTO MIRÓ, DUÍLIO GENARI e

ÉLIO RUSCH

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Temos a honra de encaminhar a essa Presidência, a indicação do Deputado COLOMBINO GRASSANO para exercer a Liderança do Partido Liberal nesta Casa.

Nesta oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência nossos protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 18.02.91.

(a) JOSÉ COLOMBINO GRASSANO

Líder do PL.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Temos a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, os nomes dos ilustres Parlamentares, componentes da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT - que passarão a fazer parte das Comissões Permanentes desta Casa, no biênio 1991/92, conforme segue:

2.1. - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

Deputados: Emília Belinatti e Rafael Greca;

2.2. - COMISSÃO DE FINANÇAS:

Deputado Rafael Greca;

2.3. - COMISSÃO DE ORÇAMENTO:

Deputado Albino Corazza;

2.4. - COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Deputado Albino Corazza;

2.5. - COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO.

Deputado César Augusto Carollo Silvestre;

2.6. - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:

Deputado Albino Corazza;

2.7. - COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:

Deputado César Augusto Carollo Silvestre;

2.8. - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Deputado César Augusto C. Silvestre;

2.9. - COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA:

Deputada Emília Belinatti;

2.10. - COMISSÃO DE REDAÇÃO:

Deputado Rafael Greca;

2.11. - COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS:

Deputado Albino Corazza;

2.12. - COMISSÃO DE TURISMO:

Deputada Emília Belinatti;

2.13. - COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE:

Deputada Emília Belinatti;

2.14. - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Deputado César Augusto Carollo Silvestre;

No ensejo, cabe-nos apresentar os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 18.02.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 002

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo trágico falecimento do Senhor MANOEL GARCIA ESPINOSA, ocorrido no dia 15 do mês de curso na cidade de Rolândia - PR.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.02.91.

(a) JOSÉ COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

O trágico acontecimento ocorrido em 15 de fevereiro de 1991, enlutou não somente Rolândia, mas a todos os setores agropecuários do Estado do Paraná.

MANOEL GARCIA ESPINOSA foi pioneiro do norte-paranaense onde fez do trabalho na agricultura e pecuária a razão de sua própria existência.

Exemplar chefe de família, modesto nos seus hábitos e de grande valor em seus empreendimentos, deixou marcas profundas no Município de Rolândia e mui especialmente no distrito de Pitangueiras, através de ações sociais e de benemerência.

Como pecuarista, foi responsável pela

melhoria do rebanho bovino do Paraná, principalmente da raça nelore, cujos animais de sua propriedade chegaram a obter prêmios nacionais.

Foi membro do Sindicato Rural de Rolândia e da Sociedade Rural do Paraná, onde mereceu sempre respeito, admiração e alta consideração.

REQUERIMENTO N° 003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de voto de pesar pelo falecimento da jornalista VIVIAN CALOPRESO BRAGA, da Rede Globo, acontecido no último dia 16.02.91.

Sala das Sessões, em 18.02.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Prende-se nossa iniciativa, pela vida de profissional de tão alta competência e lisura, deixando grande pesar no seu meio de convívio profissional, social e familiar.

Pede-se dar ciência do presente, à direção e funcionários da Rede Globo e Jornal "Gazeta do Povo".

REQUERIMENTO N° 007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, votos de Congratulações ao Dr. José Vicente Elias - Digníssimo Prefeito de Paranaguá, pela louvável atitude em assumir a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia, nomeando como provedor, Dr. Raul Leone.

Sala das Sessões, em 18.02.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento da comunidade e do poder público paranaense, as dificuldades por que passam os Hospitais e Santa Casa de Misericórdia.

Atitudes idênticas à tomada pelo Prefeito de Paranaguá, deverão ser imitadas pelos Poderes não só municipais, como estadual, permitindo um atendimento mais humano à população carente.

REQUERIMENTO N° 012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, a inserção nos Anais desta Casa, de Voto de Congratulações com a "Folha de São Paulo", pelos 70 anos de jornalismo sério e independente.

A "Folha de São Paulo" ocupa lugar de destaque na vida dos paranaenses, pela pe-

netração que a estes proporciona à notícia verdadeira, transmitida com coragem, liberdade e dignidade por sua equipe de jornalistas, articulistas e comentaristas, Motivo que coloca o jornal entre os de maior circulação no Estado do Paraná.

REQUER, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, extensiva a todo corpo funcional do jornal, como também pelo ato multirreligioso promovido no último dia 17 - pelos 70 anos e pela paz no Golfo - que da mesma seja dada ciência ao Senhor Diretor de Redação, Otávio Frias Filho e à sucursal da "Folha" em Curitiba.

Sala das Sessões, em 18.02.91.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos deste Casa, um voto de Congratulações ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Luiz Renato Pedroso, pela sua investidura na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Que se transmita a Sua Excelência, os melhores votos deste Deputado e do Poder Legislativo, pelo sucesso na árdua missão que lhe compete desempenhar, manifestando, outrossim, nossa confiança de que seu mandato em muito contribuirá para o engrandecimento de nosso Estado, proporcionando, com certeza, o estreitamento das relações entre os Poderes, imprescindível para que se estabeleça o clima de harmonia e cooperação, que todos nós tanto almejamos.

Requer, também, seja transcrita nos anais desta Casa a matéria retratando fatos da vida do Desembargador Luiz Renato Pedroso, publicada no jornal Gazeta do Povo, no dia 10 de fevereiro de 1991.

Sala das Sessões, em 18.02.91

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 014

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um Aniversário de Emancipação Política de Salto do Lontra, dia 18 de fevereiro.

Sala das Sessões, em 18.02.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Antigo distrito de Francisco Beltrão, Salto do Lontra alcançou sua emancipação política, administrativa e econômica a 18 de fevereiro de 1965, através da Lei Estadual n° 4.823.

Pela expressiva participação na economia do município ao qual pertencia, seus

moradores passaram a reivindicar a emancipação que conseguiram como resultado de eficiente trabalho junto às autoridades locais e estaduais, especialmente a Assembléia Legislativa do Estado.

Desde os primórdios da sua colonização, Salto do Lontra destacou-se pela grande produção de madeira, ali se instalando diversas serrarias e, mais tarde, indústrias de móveis; seguiu produzindo na agricultura e na pecuária.

Rendemos a nossa homenagem ao povo de Salto do Lontra pelo esforço que empreendeu, pela coragem com que enfrentou as dificuldades e pela vitoriosa emancipação, homenagem à qual associamos o Poder Legislativo Paranaense.

REQUERIMENTO N° 006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Melo, solicitando providências para que se não extingam os Postos Avançados, de crédito rural, do Banco do Brasil, nos municípios paranaenses de Agudos do Sul, Antonio Olinto e Piên e da agência autônoma de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 18.02.91

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem ao encontro de uma justa reivindicação de todos os agricultores, pecuaristas, indústrias e população daquelas comunidades rurais.

Quando vivemos um novo Brasil, uno, pluralista e solidário, não se explica e muito menos se justifica a existência de dois Brasis - o urbano e rural, - discriminados entre si, pelo aquecimento e marginalização do progresso e justiça social dos municípios de base agrícola.

Fato revelado pelas páginas dos nossos cientistas sociais e políticos, de todos os tempos. Assim, ao lado das razões técnico-financeiras surgem, prioritariamente, os motivos sociais de valorização do homem do campo que, carente de recursos, não pode deslocar-se para outros municípios, inclusive de outro Estado, Santa Catarina, se forem extintos tais atendimentos bancários.

Ciente da sensibilidade desta Presidência, voltada para todos os brasileiros e realismo social, acreditamos que Vossa Excelência não permitirá a extinção daqueles serviços bancários (mesmo pelo absurdo de se desativar, por exemplo uma agência autônoma, com prédio próprio construído recentemente, em Quitandinha). Juntos, acreditamos que a denúncia de Euclides da Cunha - "Canudos não se rendeu" - não foi

em vão.

REQUERIMENTO N° 008

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa ao Excelentíssimo Sr. Carlos Chiarelli, Mui Digno Ministro da Educação, solicitando urgentes providências no sentido de agilizar a liberação de recursos financeiros para construção e implantação da Escola Agrotécnica Federal de Umuarama - EAFU.

Sala das Sessões, em 18.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

Tem sido incessante o trabalho do Prefeito Municipal de Umuarama, Sr. Alexandre Ceranto, ao qual rendo minhas homenagens, em perseguição à concretização do sonho em ver construída e implantada uma Unidade Educacional Federal, a nível de 2° Grau, em Umuarama.

Senhor Presidente, nós que acompanhamos de perto o esforço desmedido da comunidade umuaramaense e seus líderes, destacando-se principalmente o Prefeito Ceranto, em fazer com que o Governo Federal cumpra a promessa da construção da Escola Agrotécnica, sentimo-nos na obrigação de, com a força desta Casa de Leis, exigir o repasse desses recursos financeiros.

O funcionamento da Escola Agrotécnica Federal em Umuarama, cidade polo da Microrregião 11, trará sem dúvidas alguma, grandes benfeitorias para toda a área, pois, prevista para acolher estudantes em regime de internato, proporciona oportunidade para qualificar mão-de-obra do campo de municípios de várias regiões do Estado, inclusive do vizinho Estado do Mato Grosso do Sul.

A unidade sendo a nível federal, oferecerá garantias de que os futuros técnicos ali formados, terão sem dúvida alguma o que existe de melhor em equipamentos, instalações e recursos financeiros, a semelhança de escola Técnica Federal do Paraná, em Curitiba, exemplo nacional de Unidade Educacional.

REQUERIMENTO N° 009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ao Secretário de Estado da Saúde, Senhor Sebastião Rodrigues Pimentel, expediente solicitando o envio de recursos financeiros para a conclusão do Centro Regional de Saúde, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 18.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A construção do Centro Regional de Saúde em Umuarama foi reivindicação feita desde a participação do ex-Deputado Alexandre Ceranto, atuante representante da Microrregião 11, o qual teve o atendimento parcial, na atual administração do Prefeito Ceranto.

Ocorre que lamentavelmente, a obra está inacabada, paralisada por falta de recursos financeiros.

A solicitação é de que o Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, possa ao alocar recursos para este empreendimento colocar em funcionamento uma das necessidades maiores da população, a qual beneficiará toda a região inclusive, do Estado do Mato Grosso do Sul.

REQUERIMENTO N° 005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que envie expediente ao Superintendente Regional do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, recomendando ao Sr. Luiz Petinati, Servidor Público Federal, residente em Umuarama.

Sala das Sessões, em 18.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O senhor Luiz Petinati, homem simples e reconhecidamente honesto, dedicado, é pessoa de grande competência demonstrada há mais de vinte anos de serviço público, tendo inclusive exercido durante onze anos o cargo de Chefe do Setor Financeiro do ex-IAPAS em Umuarama e ocupando por cinco anos o cargo de Agente Substituto.

Recebe o endosso da comunidade não só da comunidade de Umuarama como da região, sendo solicitado para tal cargo, inclusive pela Associação dos Servidores da Previdência Social local.

Senhor Presidente, trata-se sem dúvida de um procedimento de Justiça tal indicação.

REQUERIMENTO N° 010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor, Francisco Deliberador Neto, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam envidados esforços para a pavimentação asfáltica, ligando os municípios de Iporã a Palotina, passando pelo Distrito de Oroitê a localidade de Porto Catarinense, respectivamente.

Da aprovação deste, requer ainda, que

seja dada ciência ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Iporã, ao Senhor Vereador Moisés Mendes e ao Senhor João Santos residentes em Iporã.

Sala das Sessões, em 18.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Iporã e Palotina, sem dúvida alguma, se beneficiarão com o asfaltamento do trecho acima aludido, principalmente se considerar que os Distritos separados pelo Rio Piquiri, recebem grande movimento de veículos.

REQUERIMENTO N° 011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Ozires Silva, DD. Ministro da Infra-Estrutura, no sentido que seja envidado esforço para a liberação de recursos financeiros para a conclusão da obra da Ponte Camargo, no Município de Icaraima.

Sala das Sessões, em 18.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação antiga e de alta importância para o desenvolvimento do Paraná, a ponte ligará os Estados do Mato Grosso e Paraná num dos espectos mais significativos para a economia do País, o qual seja, o escoamento de safras, de grãos de alimentos gerando divisas não só para o município como para o País.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 011/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO HIGIENÓPOLIS - AMOHI, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.91

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A "Associação dos Moradores do Higiênópolis" tem por finalidade propiciar aos seus associados atividades recreativas, culturais, beneficentes, esportivas e filantrópicas, sendo formada de pessoas carentes que necessitam de toda espécie de auxílio.

A documentação é pertinente a matéria, e esta meritória, portanto em condições de merecer o apoio dos Senhores Deputados.

PROJETO DE LEI N° 012/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA PRÉ-ESCOLA "MEU SOSSEGO" - Maternal e Jardim de Infância, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.91

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola "Meu Sossego" - Jardim de Infância e Maternal tem por finalidade prestar assistência ao educando, o aprimoramento do ensino e o entrosamento entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, entre outros objetivos estabelecidos em seu estatuto.

Assim sendo, o projeto de lei em tela, acrescido da documentação pertinente a matéria é merecedor do apoio dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Florisvaldo Fier, inscrito.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, demais Deputados. Nós queremos neste Pequeno Expediente chamar a atenção para a realidade brasileira.

28,6% da população economicamente ativa, cerca de 17 milhões, são analfabetos. Cerca de 40% dos trabalhadores não têm carteira de trabalho assinada. De 1977 a 1987 morreram mais trabalhadores por acidente de trabalho do que morreram na Guerra Civil nicaraguense. Os 10% mais ricos de nosso País ficam com 48% da renda e os outros 90% ficam com 51,4%.

Portanto, essa é a realidade que nós temos no Brasil, um retrato que mostra a situação da classe trabalhadora, miserável, pobre e sem condições de sobreviver. No entanto, o Diário da Assembléia do dia 21 mostra uma série de Deputados que se aposentaram até com 4 anos de mandato com salário de cerca de 400 mil para cima. O trabalhador brasileiro trabalha 35 anos para se aposentar. Alguns Parlamentares paranaenses trabalham 4 anos. Depois, alguns colocam que não foram eleitos para legislar em causa própria. Não é o que mostra o Diário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Temos também o Governador Alvaro Dias, que já é aposentado como Deputado Federal e Senador. Portanto, já passou da hora de

apresentarmos nossas emendas ou votar a que tem aqui do Governador, tirando da Constituição paranaense o direito de aposentadoria dos ex-Governadores, e isso nós vamos lutar para que isso aconteça.

Requião, que foi eleito Governador criticando a aposentadoria de José Richa, tem um vice aposentado, e quiçá alguns secretários aposentados. Isso no nosso entender é imoral.

Nesse mesmo diário consta um agradecimento do ex-presidente do FEPPA, Werner Wanderer, onde ele agradece sobretudo alguns Deputados pela moralidade e honestidade como parâmetros nas pessoas do tesoureiro e outros Senhores do Conselho Deliberativo pela condução das contas do FEPPA.

Nós queremos dizer que honestidade e moralidade para cumprir uma lei que é imoral, é muito questionável, porque a lei que estabelece a aposentadoria dos Srs. Deputados, a nível da população da realidade brasileira, é totalmente imoral. E nem tudo que é legal - como é o caso desta lei - é moral e é honesto perante a realidade da classe trabalhadora brasileira.

Portanto, nós do Partido dos Trabalhadores, cobramos neste início de Legislatura de todos os Parlamentares, que discutam e coloquemos fim no FEPPA e no chamado direito adquirido, porque no nosso entender o direito adquirido em cima de uma lei que fez para favorecimento próprio, é um direito muito questionável. No nosso entender, um direito que coloca Parlamentares aposentados com quatro anos, sendo que tem muitos trabalhadores que após trabalharem trinta, quarenta anos na roça, jamais se aposentaram, não entendemos portanto como moral e como honesta, apesar de ser considerado legal. Aquilo que é legal, mas imoral, cabe a nós, Parlamentares, combater. Cabe a nós, Parlamentares, transformar e mudar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que trago a este Plenário, no Pequeno Expediente, julgo muito sério e de grande interesse de todos os Deputados, se não de grande parte dos colegas que receberam votos dos agricultores deste Paraná afora. Amanhã, na região Sudoeste, especificamente em Francisco Beltrão, estarão reunidas entidades convocadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais da região Sudoeste. E assim sucessivamente isto ocorrerá em todas as regiões do Estado do

Paraná e também Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estará sendo lançada a campanha "Salve a Agricultura, Salve seu Salário e Emprego, Salve sua Cidade".

Esta campanha tem como objetivo trazer a público, às autoridades e à sociedade paranaense, os problemas porque passam os pequenos agricultores, os pequenos produtores do Paraná. Uma grande estiagem no momento da floração de algumas plantações, do crescimento e desenvolvimento de outras, causou perdas em algumas de até 70% da produção de feijão, milho, soja e algodão nas regiões Norte, Noroeste, Sudoeste e Centro do Estado do Paraná, fazendo com que os produtores rurais pequenos se encontrem no desespero de não poder sustentar suas famílias.

Não bastasse o estrago pela estiagem, o "Plano Collor Dois" que no dia primeiro de fevereiro foi implantado pelo Governo Federal, foi um desastre para a agricultura num todo. E, principalmente, para os pequenos produtores rurais, quando o Plano mantém os preços mínimos congelados em baixa, com a extinta BTN de janeiro com uma correção de apenas 20,21% enquanto na maioria os empréstimos continuam crescendo nos bancos e também o custo de vida e o custo da produção não se têm mecanismos de controle para que permaneçam congelados.

A partir daí, a agricultura ficou à mercê, ou à vontade do Governo Federal, o que é um desastre.

Os agricultores do Sudoeste do Paraná, do Paraná todo e também de outros Estados do Sul reivindicaram, nesta campanha, um crédito para a safrinha do feijão no Banco do Estado do Paraná, que é um órgão estatal do Governo do Estado num sistema de troca-troca para os produtores até cinco módulos rurais. Um crédito de emergência de dez salários mínimos pagável em dois anos, sem correção e a juros de 12% ao ano. E ainda a prorrogação dos financiamentos da safra 90, 91.

Se isto não ocorrer, se medidas emergenciais não forem colocadas em prática pelos órgãos competentes, se isto não for assumido por nós, lideranças do povo do Paraná, representantes da população paranaense neste Plenário, nesta Casa de Leis, estaremos inviabilizando este setor econômico da agricultura, como também, inviabilizando a sobrevivência dos pequenos produtores e ainda mais, das pequenas propriedades rurais, que são as que produzem e trazem para a nossa mesa, para a mesa da população do Paraná e do país, os alimentos que nós necessitamos, que o povo necessita.

Portanto, Senhores Deputados, desde já esperamos que as autoridades competentes do Paraná, que estarão recebendo os agricultores, as suas reivindicações, se sen-

sibilizem e nos ajudem, ajudando a agricultura do Paraná, bem como, contamos com o apoio e o empenho desta Casa e de todos os Deputados. Após a nossa ida a Francisco Beltrão amanhã, provavelmente outros desdobramentos ocorrerão e nós voltaremos a esta tribuna para nos pronunciarmos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se para o Grande Expediente. Não há oradores inscritos.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Está com a palavra o PT através do Deputado Ernani Pudell, por seis minutos e meio.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com muita honra que nós estamos aqui hoje. Três Parlamentares do PT e porque não dizer também, o nosso companheiro Paulo Maia, do PSDB, que fomos eleitos à custa de um árduo trabalho de nossa militância, um trabalho realizado de forma voluntária, onde muitos companheiros deram o seu tempo nos finais de semana, fazendo a campanha do PT, muitos inclusive dispendo de seus pequenos recursos para fazer esta campanha. Uma campanha diferente daquelas baseadas no poder econômico, na compra de votos, no uso da máquina pública, na fraude, e nós, por isso mesmo, temos uma responsabilidade muito grande e a consciência do nosso papel aqui.

Para nós, que tínhamos, até a Legisatura passada, apenas o companheiro Pedro Tonelli, que quando chegou a esta Casa, apresentou um documento que espelhava um mínimo que a população deste Estado esperava em termos de postura, de moralização, de democratização e de transparência do poder público, e que naquela época não foi compreendido pela grande maioria dos Senhores Parlamentares.

Vimos com orgulho que estas mesmas propostas, atualizadas, tiveram o apoio não apenas do PT, do PSB, mas o apoio de 25 companheiros aqui nesta Casa, que tiveram a coragem de assumir publicamente esse documento.

Um documento que, basicamente, rejeita a velha política do "toma lá dá cá". Um documento que coloca a necessidade fundamental de nós democratizarmos essa Assembleia. Não é mais possível, Senhores Deputados, que esta Casa seja dirigida de forma imperial, que a Ordem do Dia seja decidida sem a participação dos Parlamentares, das Lideranças, que os projetos não tenham condições de serem exaustivamente discutidos.

Mais do que isto, companheiros, nessa proposta consta que nós devemos fazer uma

ampla reforma administrativa nesta Casa, e eu lanço aqui uma pergunta: "quem sabe quantos são os funcionários aqui desta Assembléia, ou o quanto ganham? De que forma adentram no Corpo Funcional desta Casa? Quem sabe o patrimônio desta Casa, do que compõe? Os seus automóveis? Quais são os critérios de distribuição de gabinetes, de carros oficiais?"

Senhores Deputados, isto é o mínimo que o povo do Paraná exige de nós, para que nós, em uma condição preliminar, possamos, pelo menos, a partir daí, após esta satisfação, andar de cabeça erguida perante a população. Não como hoje, e muitos aqui até se sentem constrangidos quando são chamados de Deputados, nas ruas, pelo povo.

Então, quero dizer aqui que a Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao mesmo tempo em que terá uma postura de oposição, de independência perante o Governo do Estado, terá também respeito por este mesmo Governo do Estado; saberemos criticá-lo e saberemos apoiar as propostas corretas. Ao mesmo tempo em que nós teremos esta postura, fiquem certos de que não iremos nos dobrar e nos curvar aos atos autoritários daqueles que tentam calar a nossa voz. Não será com invasão de gabinetes, com falta de respeito, com falsos testemunhos, que irão calar a nossa voz.

Fica, portanto, este aviso de quem está aqui hoje representando a luta de companheiros como Chico Mendes, que entregaram suas vidas na defesa de seus ideais, de tantos companheiros que já tombaram frente à ditadura, frente à violência. Fiquem certos de que nós saberemos representar com coerência e com dignidade esta luta que o Partido dos Trabalhadores traz para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.
(Declina)
PFL.
(Declina)
PRN.
(Declina)
PTB.
(Declina)
PDT.
(Declina)
PSDB.
(Declina)
PMDB.
(Declina)

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Resposta ao Deputado Ernani Pudell.

Quero informar a Vossa Excelência que a Assembléia age às claras.

Vossa Excelência tentou, por várias vezes, negociar com a nossa bancada, tanto é verdade que escreve este documento (exibe o documento), querendo em troca do apoio a Segunda Secretaria, mas com atribuições da Primeira - cuidando do patrimônio, dos funcionários e da informática. Vossa Excelência fique certo de que aqui Vossa Excelência não fará bagunça; nem Vossa Excelência nem ninguém.

Deputado Orlando Pessuti com a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Depois Vossa Excelência vai falar!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Talvez até o que tivéssemos de falar nesse instante poderíamos fazê-lo em Questão de Ordem, mas gostaríamos de, em nome da Liderança do PMDB, solicitar de Vossa Excelência, já que o art. 250 do nosso Regimento estabelece que "serão arquivados em qualquer fase de sua tramitação, as propostas apresentadas em Legislaturas anteriores".

O motivo de nossa fala neste momento, diz respeito ao seguinte: muitos destes projetos que estavam tramitando, evidentemente, projetos de interesse, de grande invergadura, entendemos nós, pretendem os seus autores, principalmente aqueles que aqui permaneceram, reapresentá-los nesta nova Legislatura, bem como também projetos que sejam do autógrafo de outros Senhores Parlamentares, com os quais nós poderíamos conversar, e saber do interesse que, em não retornando a esta Casa, tenham em ver tramitar novamente projetos de sua autoria, na Legislatura passada.

Por esta razão, nós solicitamos de Vossa Excelência, que faça chegar ao nosso conhecimento, através da assessoria da Mesa ou do Departamento Legislativo desta Casa, projetos que foram por Vossa Excelência determinados o seu arquivamento.

Solicitamos também, tendo em vista o disposto no parágrafo único do mesmo artigo 250, que diz: "O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, portanto as Mensagens Governamentais, os projetos de iniciativa da Mesa, e os projetos que porventura tenham sido votados."

Da mesma forma, para que todos nós, evidentemente, nós temos na Assembléia Legislativa hoje, fruto da não reeleição de alguns companheiros, fruto da eleição de alguns companheiros, ex-Parlamentares para

outras funções, de Deputado Federal, suplente de Senador, vice-Governador ou até de não terem mais disputado, nós temos na Assembléia uma renovação de mais de 60%. Portanto, seria oportuno que a Presidência desse conhecimento a essa Liderança e a todos os Parlamentares de quais são os projetos de autoria do Poder Executivo, da Mesa, ou porventura vetados que se encontram à disposição, nós poderíamos dizer, ou pendentes da deliberação deste Plenário, para que nós pudéssemos estudá-los e virmos aqui, neste Plenário, promover a discussão e votação dos mesmos.

Por essa razão é que nós estamos falando a Vossa Excelência e a todos os demais e dizendo ainda mais, em nome da Liderança do PMDB, trazemos as boas vindas a todos aqueles, neste momento em que estamos iniciando os trabalhos ordinários desta Casa, esperando que possamos ter, daqui para a frente, uma convivência harmônica dentro deste Legislativo, onde possamos ver tramitar e aprovar as coisas que sejam do interesse do Paraná.

A Bancada do PMDB, bem como aqueles outros Senhores Parlamentares que a ela se somarão, na discussão e aprovação de matérias que sejam do interesse de todos nós, está aberta, como sempre esteve, ao diálogo, para que nós possamos realmente fazer deste Parlamento a caixa de ressonância das aspirações do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência terá a relação que solicita.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu quero aqui externar também que nós comungamos da mesma preocupação externada pelo nobre Líder Orlando Pessuti, do PMDB, mas se me permite, também gostaria de aproveitar este tempo para dizer que nós, do Partido dos Trabalhadores, juntamente com o PSB, na ocasião das discussões sobre a eleição da Mesa, não nos furtamos em conversar com ninguém, com quem quer que seja. Ahamos que todos aqui merecem o nosso respeito, são integrantes da Casa, eleitos pelo povo e portanto têm que ser ouvidos.

E nós, desde o começo, deixamos pública e claramente as condições da participação nossa na negociação da Mesa.

Queríamos, em primeiro lugar, este documento, que o original, infelizmente ainda não temos, porque sumiu quando do despejo do Gabinete da Liderança. Esse documento para nós era fundamental! Acima de tudo, nós queríamos que a Mesa da Assembléia fosse dirigida por pessoas que encarnassem um espírito de renovação, um es-

pírito de transparência de democracia, e portanto, jamais comporíamos com pessoas que não preenchessem esses requisitos. E, principal e fundamentalmente que a sociedade paranaense exige é que nós fizéssemos um amplo levantamento, um amplo inventário da situação deste Poder. E isso, companheiros, Senhores Deputados, infelizmente alguns não puderam pagar este preço, e não puderam, portanto, ter o nosso apoio!

Agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, no momento da realização da Constituição Estadual, nós tivemos aqui uma grande luta em relação à Constituição do Estado, em relação ao monopólio do transporte coletivo. Lutamos muito para que não fosse colocado na Constituição do Estado o monopólio, garantido o direito àqueles que já vinham explorando o transporte coletivo de manter a exclusividade. Ao mesmo tempo que apresentamos a primeira emenda à Constituição com as assinaturas necessárias, assim que foi promulgada a Constituição do Estado, e que até este momento não foi analisada pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

Por outro lado, no dia 18 de dezembro de 1989, o Senhor Governador Álvaro Dias manda uma Mensagem para a Assembléia Legislativa, criando novo regulamento do transporte coletivo, dando uma nova face, permitindo com que o Governo, através do DSDC, através da ação do Executivo, pudesse promover uma abertura de mercado, ou transformar uma concorrência livre, a fim de melhorar o transporte coletivo do Estado.

Infelizmente, um projeto remetido a esta Casa em Regime de Urgência, em 18 de dezembro de 89, até hoje não veio ao Plenário desta Casa; agora que vivemos uma nova legislatura, com novos Deputados recém eleitos, certos, com sede de renovação, de inovação, votarão o fim do monopólio ou o novo regulamento para que o Governo que tem a condição de conhecer os dados reais do transporte coletivo, possam promover a justa concorrência.

Portanto, eu solicito a Vossa Excelência que traga ao Plenário desta Casa essa Mensagem do Governo de 89.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa reitera aos Senhores Líderes de Bancada que façam as indicações para as Comissões.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós gostaríamos, ain-

da dialogando com Vossa Excelência, de esclarecermos uma pequena dúvida que temos. Na Sessão 02, artigo 29, diz: "A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões permanentes, dentro de 15 dias. Nós sabemos, a Mesa foi eleita dia 02, quinze dias estaria se completando no dia de hoje, e nós estamos justamente com a Ordem do Dia tratando da instalação das Comissões. A pergunta que nós fazemos a Vossa Excelência, em questão de ordem, é a seguinte: nesta data de hoje, nós teremos que entregar a relação contendo o nome de todos os Senhores Deputados para integrar as Comissões Permanentes? Esta é a pergunta que eu faço, se é hoje?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai dar o prazo de 5 dias para que as Lideranças indiquem os membros das Comissões, após o que convocará o Senhor vice-Presidente para presidir a reunião das Comissões, de acordo com o Regimento Interno. Mas, a partir de hoje teremos 5 dias para a indicação das Lideranças.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Bem, a Liderança do PMDB já tem pronta a sua relação, mas dentro deste prazo que Vossa Excelência abre, e me parece que posso estar de acordo com as demais Lideranças, nós gostaríamos também de ter da Mesa a informação oficial da proporção, dos números que cabem a cada partido, porque nós temos a nossa conta, nós fizemos a conta em cima daquilo que estabelece o Regimento e chegamos a alguns números, chegamos a números que, por exemplo, o PMDB tem por direito, no mínimo quatro titulares na CCJ e no mínimo dois titulares nas demais Comissões. Nós gostaríamos de que a Mesa também nos repassasse essa informação de forma oficial, para que nós pudéssemos também indicar esses Parlamentares dentro daquilo que de oficial for nesta conta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa fará a divisão das Comissões, de número de indicações, na sessão de amanhã, porque tem conhecimento que alguns Deputados estão migrando de partido, mas amanhã nós daremos o quociente de cada Comissão, de cada partido.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Geraldo Cartário, na qualidade de Líder da Bancada do PDT, indica os Deputados para as diversas Comissões.

Deputado Geraldo Cartário comunica que é o Líder da Bancada do PDT.

Deputado Orlando Pessuti comunica que é Líder da Bancada do PMDB.

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário, na qualidade de Líder do PDT, indicando o seu nome para Líder do PDT. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, tendo sido indicado pela Bancada para exercer as funções de Líder do Partido. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelos Senhores Deputados João Arruda, Plauto Miró, Duílio Genari e demais Senhores Deputados, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado, para exercer a liderança do PFL. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado José Colombino Grassano, na qualidade de Líder do PL, indicando o seu nome para exercer a liderança do PL. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

INSTALAÇÃO DAS COMISSÕES

Sobre a mesa, requerimento n° 014, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 005, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Oficia-se conforme o requerido.

Requerimento de n° 012, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 008, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 007, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 006, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 003, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 013, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de n° 011, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 009, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Está sendo impossível, Senhor Presidente, ouvir a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou pedir ao Senhor 1° Secretário, que tem uma voz mais audível, que leia o requerimento.

O SR. NILTON BARBOSA - Se Vossa Excelência vai ser bondoso como sempre foi, eu pediria para o Deputado João Arruda para ele ler também o requerimento do Deputado Nelson Garcia, solicitando recursos da Secretaria de Saúde. Eu gostaria de tomar conhecimento do teor, na medida que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de n° 010, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 002, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para dia 19, terça-feira, à hora regimental, ainda na fase de organização.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO EM SESSÃO DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 1991.

PEDROSO, UM APAIXONADO PELO JUDICIÁRIO

Apelando para "um mundo novo de justiça, de amor e de paz", o Desembargador Luiz Renato Pedroso, tomou posse na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no início do mês de fevereiro, cargo que deverá desempenhar nos próximos dois anos, dando continuidade à sua luta por um Judiciário forte, erigido em verdadeiro poder, livre das pressões e injunções políticas. O objetivo do novo Presidente que se confessa assustado com a carência do Judiciário e a pequenez do seu orçamento é estabelecer uma infra-estrutura com recursos suficientes, a fim de que seus integrantes possam bem cumprir a missão a que se propuseram.

Ele assume a presidência do TJ após trinta e cinco anos e meio de exercício da missão jurisdicional revelando que é um apaixonado pelo Judiciário e hoje considera-se um homem realizado. Muito embora por várias vezes, tenha acalentado o sonho de ingressar na política. Durante toda a sua vida sempre militou politicamente, mas nunca chegou um cargo porque não dispunha de recursos próprios para financiar uma campanha. "Hoje, já não sou mais tão jovem para me aventurar em uma nova carreira", assinala bem-humorado.

FAMÍLIA

Na realidade, a família do Desembargador Luiz Renato Pedroso jamais sonhou para o filho uma carreira jurisdicional. Natural de Foz do Iguaçu, onde seu pai chegou em 1906, viajando a cavalo pela linha do telégrafo e constituiu família, ele cursou o primário no Grupo Escolar Bartolomeu Mitre (herói argentino). A mãe, muito religiosa, acreditava que o menino iria se tornar padre.

Uma vez, quando encontrou uma cigana paraguaia numa das ruas da cidade que insistia em ler a sua sorte, ela recusou, mas continuou, sendo assediada.

Diante da insistência da vidente pediu então para que verificasse se o filho iria mesmo ser padre. Ela respondeu em castelhano "Sim, mas pai de muitos filhos".

Mais tarde essa previsão iria se confirmar já que o desembargador tem seis filhos.

O curso secundário foi em regime de internato no Liceu Rio Branco, em Curitiba, entre os anos de 1939 e 1945.

A viagem de Foz até a Capital do Estado era uma verdadeira epopéia. O Desembar-

gador ainda recorda do itinerário que começava abaixo dos Saltos das 7 Quedas, de onde partiam navios Argentinos para Porto Mendes.

De lá seguia para Guaíra, numa estrada de ferro, percorrendo um trajeto de cerca de 60 quilômetros. Desta cidade, tinha que se deslocar até Presidente Epitácio, em São Paulo, através de navios brasileiros. Posteriormente, seguia por trem até Ourinhos, passando por Sorocaba e chegando a Jacarezinho, que ainda não contava com ligação férrea. Finalmente, se deslocava para Curitiba, através da estrada de ferro.

"Essa viagem demorava 10 dias na vinda e 7 dias no retorno para casa. Por isso, na época de férias de julho, eu permanecia no internato", recorda.

Logo em seguida, começou a se preparar para prestar o vestibular na Universidade Federal do Paraná: "Foi um drama a definição de minha profissão. Meu pai considerava que Agronomia era uma boa profissão, mas eu não tinha interesse por assuntos ligados à agricultura.

Também não gostava de Medicina e nem de Matemática. Por isso, como tinha penhores para a oratória, optei pelo Direito".

Para fazer o exame preparou-se com os padres da Igreja do Coração de Maria que lhe orientavam sobre o latim.

Já no tempo de universitário, quando morava numa pensão localizada na Marechal Deodoro, onde conheceu sua falecida esposa Urçula Lange Pedroso, começou a se envolver com a política.

Ingressou na UDN (União Democrática Nacional), participando da campanha de presidente do brigadeiro Eduardo Gomes.

Formado, sem condições de exercer a advocacia, porque não tinha inclinação para a profissão, acabou sendo nomeado advogado do DER, onde ficou por um ano. Logo em seguida, no governo de Bento Munhoz da Rocha, foi indicado para desempenhar a função de chefe de gabinete do diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, o Engenheiro José Saldanha Pedroso, nessa época era a segunda pessoa no órgão que cuidava da distribuição de terras do estado e sua colonização.

Desta época recorda um episódio que envolveu um cidadão que constantemente encontrava quando chegava e saía do departamento. "Bom dia Doutor! Boa tarde, Doutor! Exclamava o homem. Um dia, Renato Pedroso procurou saber o que ele fazia ali e descobriu que tentava solucionar os problemas de umas terras. Se interessou pelo caso definindo uma solução. Anos mais tarde, o mesmo homem chegou em sua casa com uma mala, num dia em que o desembargador estava adoentado.

Relembrou o acontecimento e instituiu em presenteá-lo em dinheiro: "Recusei apesar da boa vontade do cidadão, explicando que tinha somente cumprido com minha obrigação e que outros poderiam tentar me oferecer dinheiro para apressar qualquer decisão, o que jamais admiti".

PROMOTOR

Mas um pouco antes de ocupar esse cargo, Renato Pedroso desempenhou a função de promotor interino nas Comarcas de Campo Mourão, Mandaguari e São José dos Pinhais. Por isso, por insistência de amigos acabou em 1955 participando de um concurso para Juiz Substituto. Aprovado, foi nomeado para Rolândia. Nesse período, também se envolveu na campanha do coronel Manoel Aranha (conhecido por Maneco) que perdeu a Prefeitura de Curitiba, para Ney Braga. Após ser Juiz Substituto em Rolândia, Cambé e Londrina, fez um concurso para juiz onde classificou-se em primeiro lugar.

Mesmo assim, foi nomeado para Araruama, hoje Marilândia do Sul considerada a pior comarca da época, onde se instalou por três meses, acompanhado pela família.

Transcorrido esse tempo, o tribunal o transferiu para Astorga onde ficou por oito anos e onde nasceram os outros três filhos.

De lá seguiu para Londrina, onde ficou por três anos e lecionou na Faculdade de Direito. Em 1966, foi paraninfo da turma de formandos.

Em seguida, retorna à Curitiba, onde foi juiz da 1.^a Vara da Fazenda Pública. Em 1970, criado o Tribunal de Alçada foi nomeado para essa corte onde chegou a vice-presidente e presidente. Em 1978 é nomeado desembargador pelo Governador Jayme Canet, por merecimento.

Foi um dos fundadores da Associação dos Magistrados do Paraná, entidade que presidiu por nove anos em quatro períodos, onde desenvolveu inúmeras lutas, pela valorização do magistrado que considerava um sacerdote. Também ocupou a vice-presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros com sede no Rio de Janeiro e chegou a disputar o cargo de presidente, sendo derrotado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sidney Sanches.

Durante os anos de 83/84, o desembargador Renato Pedroso ocupou o cargo de corregedor de Justiça.

Foi nessa época que faleceu sua primeira esposa, que sempre comentava que ele era um homem muito caseiro, que não saberia jamais viver só.

Um ano após, conheceu a atual esposa, Maria Alice com quem hoje está casado. Confessando ser um apaixonado pelos

problemas da magistratura, diz que acredita que continuará contando com o apoio do "Juiz dos Juizes", como ele denomina Deus, para encontrar um caminho que garanta uma nova estrutura organizacional que agilize os serviços forenses.

Para alcançar os objetivos a que se propõe espera manter um bom relacionamento com o Governador eleito Roberto Requião.

Não será difícil porque o mesmo é advogado, pessoa formada e administrativamente provado, assinalou.

Além disso, revela que amigos comuns estão preparando encontros que possibilitarão um entendimento entre o Executivo e o Judiciário.

"Evidente que preciso também da compreensão do Legislativo, onde tenho bons amigos, mas cito somente dois Anibal Khury e Caíto Quintana, este último serventuário da Justiça, destacou.

AS RECORDAÇÕES DE ASTORGA

Desses mais de trinta e cinco anos de atuação, junto ao Judiciário, o presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Luiz Renato Pedroso, diz que guarda muitas recordações e constituiu um grande número de amigos e compadres, especialmente no Município de Astorga, onde atuou no início de sua carreira.

Nesse período, foi designado pelo Tribunal Regional Eleitoral para presidir e apurar as eleições municipais da Comarca de Jaguapitã. Mas a diplomação do prefeito eleito e dos vereadores de Cafeara ficou pendente devido a um recurso encaminhado à Justiça.

Na madrugada do dia 19 de novembro de

1963, o então Juiz Renato Pedroso recebe a incumbência de proceder com a diplomação e a posse dos eleitos já que o TRE havia negado provimento ao recurso. "Ocorre que, naquela madrugada nascera o meu sexto filho, Paulo Henrique e minha esposa sofrera cesariana, ficando hospitalizada em Astorga.

Deixei-a sozinha e fui de jeep à Cafeara, só voltando à noite.

Jamais me perdoou o ato, recorda. Mas, após tantos anos, ainda assinala que "o dever impunha a atitude que tomei".

Foi em Astorga também que aconteceu um fato que poderia figurar no anedotário forense.

Certa vez, uma senhora bem simples, apareceu se queixando do marido, dizendo que queria a separação.

Renato Pedroso chamou o homem, tentando a reconciliação. Parecia uma pessoa pouco normal. Como não tinham recursos, encaminhei para a delegacia para a obtenção do atestado de pobreza, orientando para que procurassem o então advogado Abrahão Miguel, relata.

Após ter esquecido o caso, acaba recebendo o casal acompanhado da mãe da mulher, com um bilhete do advogado, alertando que a situação era "bem mais séria".

"Investigando o que estava acontecendo, descobri que a mulher, não suportando mais o marido, o dera para a mãe.

Pasmo indaguei se era verdade. A mãe respondeu que era, mas que também não aguentara o antigo genro e o devolverá a filha.

Mandei-os embora, sem processar o desquite, concluiu o Presidente do Tribunal de Justiça.